

2017 ano 42 n. 268 jun.

Artigos

01. **A estranha coexistência entre protagonismo judicial e integridade e coerência do direito no Código de Processo Civil brasileiro**
(*Felipe Rodrigues Xavier*) 23
02. **Considerações sobre a norma de ponderação do Código de Processo Civil de 2015**
(*Leandro José Rutano, William Soares Pugliese*) 47
03. **Reflexões e proposições sobre a audiência de saneamento compartilhado no Código de Processo Civil de 2015**
(*Marcellus Polastri Lima, Luciano Souto Dias*) 71
04. **A fundamentação das decisões judiciais e sua natureza (não) discricionária**
(*Márcio Bellocchi*) 99
05. **A teoria da desconsideração da personalidade jurídica e o novo Código de Processo Civil**
(*Viviane Rosolia Teodoro*) 117
06. **El rol del juez en el litigio de interes público**
(*Abram Chayes*) 143
07. **Los jueces como directores del proceso**
(*Judith Resnik*) 189
08. **Presentación de los traductores**
(*María Emilia Mamberti, Olívia Minatta, Francisco Verbic*) 281
09. **A reformulação do amicus curiae no novo CPC: integração normativa ou derrogação parcial da Lei 9.868/99?**
(*Anderson Vichinkeski Teixeira, Cristiny Mroczkoski Rocha*) 291
10. **Da inconstitucionalidade do prazo para a propositura da ação rescisória como forma de defesa do executado no novo CPC**
(*David Alexandre de Santana Bezerra*) 319
11. **A estabilização da tutela provisória de urgência antecipada antecedente e a busca para uma compreensão sistêmica: entre a monitorização e a negociação processual**
(*Flávio Quinaud Pedron, Allan Milagres, Jéssica Araújo*) 345
12. **Estabilização e pedido incontroverso**
(*Rafael Ribeiro Rodrigues, Rennan Faria Krüger Thamay*) 377
13. **Onde está a segurança jurídica? Colegialidade, polarização de grupo e integridade nos tribunais**
(*Jordão Violin*) 407
14. **Relação entre demandas no processo coletivo: uma análise evolutiva até o novo Código de Processo Civil**
(*Ana Carolina Beneti*) 437

15.	Imposto de transmissão causa mortis no arrolamento: inaplicabilidade do Art. 192 do CTN: erro material no texto do Art. 664, § 4º, do CPC/15 <i>(Denise Damo Comel)</i>	475
16.	Remessa necessária no mandado de segurança e as modificações do CPC/15 <i>(José Henrique Mouta Araújo)</i>	493
17.	Sentenças aditivas e formação de precedentes <i>(Jair Marocco)</i>	515
18.	Os precedentes judiciais e os assentos da Casa da Suplicação em Portugal: eficácia, vinculatividade e publicação <i>(Marcus Seixas Souza)</i>	533
19.	Controle de convencionalidade e direitos fundamentais <i>(Georges Abboud; Maira Bianca Scavuzzi; Ricardo Yamin Fernandes)</i>	569
20.	Os novos meios alternativos ao judiciário para a solução de conflito, apoiados pelas tecnologias da informação e comunicação <i>(Henrique dos Santos Andrade, Augusto Marcacini)</i>	587